
ACTA N.º 20/2009

-- Aos vinte e quatro dias do mês de Junho do ano de dois mil e nove reuniram-se, no salão nobre do edifício dos Paços do Concelho, em Mafra, os representantes das entidades que, nos termos dos números um e dois do artigo quinto, do Decreto-Lei número sete de dois mil e três, datado de quinze de Janeiro, na nova redacção dada pela Lei número quarenta e um de dois mil e três, de vinte e dois de Agosto, constituem o Conselho Municipal de Educação de Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Período de antes da ordem do dia; 2) Votação da acta número dezanove; 3) Monitorização da Carta Educativa; 4) Balanço do ano lectivo de dois mil e oito/ dois mil e nove. -----

-- Estiveram presentes: o Senhor Engenheiro José Maria Ministro dos Santos, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Mafra e responsável pelo pelouro da Educação; o Doutor Joaquim Sardinha, Presidente da Assembleia Municipal; o Doutor Manuel de Magalhães Rocha, em representação da Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo (DRELVT); a Senhora D. Regina Nunes, em representação do Senhor Vítor Rodrigues, representante das Juntas de Freguesia, eleito pela Assembleia Municipal; a Doutora Margarida Branco, em representação do pessoal docente do ensino secundário público; a Doutora Maria de Jesus Pires, em representação do pessoal docente do ensino básico público; a Educadora Graça Querido, em representação do pessoal docente da educação pré-escolar pública; o Doutor Agostinho Ribeiro, em representação dos Estabelecimentos de Educação e Ensino Básico e Secundário Privados; a Senhora D. Cesaltina Oliveira, em representação das Associações de Pais e Encarregados de Educação; a Educadora Catarina Marcelino, em representação das Instituições Particulares de Solidariedade Social que desenvolvem actividade na área da Educação; o Doutor Rui Venda, em representação dos Serviços Públicos de Saúde; a Doutora Fátima Franco, em representação dos Serviços da Segurança Social; e o Cabo Loureiro, em representação das Forças de Segurança. Faltaram: o Doutor Rui Rocha, em representação das Associações de Pais e Encarregados de Educação; o Senhor João Fernandes, em representação das Associações de Estudantes; e o Doutor Carlos Pinto, em representação dos Serviços de Emprego e Formação Profissional. Assistiu à reunião a Directora do Departamento Sociocultural da Câmara Municipal de Mafra, Doutora Paula Cordas. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra deu início à reunião quando passavam quarenta e cinco minutos das nove horas, proferindo as boas-vindas. Em seguida, introduziu o período de antes da ordem do dia, tendo-se verificado uma inscrição. -----

-- Tomou a palavra o Doutor Rui Venda, referindo ter sido informado que, desde dezassete de Março deste ano, presta serviço na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Mafra a Enfermeira Especialista Natália Alves Rodrigues, com catorze horas de trabalho atribuídas por semana, fazendo parte da Comissão Restrita. -----

- Finalizado o período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente colocou à votação a acta número dezanove, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----
- Seguidamente, foi introduzido o ponto número três da ordem de trabalhos, denominado "Monitorização da Carta Educativa". O Senhor Presidente deu a palavra à Directora do Departamento Sociocultural da Câmara Municipal de Mafra. -----
- A Doutora Paula Cordas efectuou uma apresentação em *powerpoint*, formulando um resumo dos projectos já concretizados no âmbito da Carta Educativa, que se anexa à presente acta com a designação de "**ANEXO UM**". O referido resumo incluiu os estabelecimentos de ensino existentes por freguesia, suas valências e capacidade, para além da evolução do número de alunos, comparando o ano lectivo de dois mil e cinco/ dois mil e seis com o de dois mil e oito/ dois mil e nove e, por último, com a previsão para o ano de dois mil e onze. Idêntico trabalho de síntese foi efectuado para as propostas por concretizar, tendo a Doutora Paula Cordas informado que quatro delas estão em fase de desenvolvimento (Jardim de Infância das Azenhas dos Tanoeiros, Escola Básica do 1.º Ciclo do Gradil, Escola Básica do 1.º Ciclo/ Jardim de Infância do Milharado e Escola Básica do 1.º Ciclo/ Jardim de Infância de São Miguel de Alcainça) e duas em fase de análise (Escola Básica do 1.º Ciclo/ Jardim de Infância do Sobral da Abelheira e Escola Básica do 1.º Ciclo/ Jardim de Infância de Vila Franca do Rosário). -----
- Interveio a Senhora D. Cesaltina Oliveira para referir que os encarregados de educação formularam um ponto de situação do estado de conservação da actual Escola Básica do 1.º Ciclo do Milharado, solicitando uma intervenção para melhoria das condições de habitabilidade e a construção de infra-estruturas, tais como recreio coberto e refeitório, entre outros exemplos. -----
- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a Autarquia vai efectuar as obras de manutenção consideradas necessárias. Disse ainda não ser oportuna a realização de investimentos de fundo, ao nível da criação de novas infra-estruturas, na medida em que está em fase de construção a nova Escola Básica do 1.º Ciclo/ Jardim de Infância da Freguesia do Milharado, que se prevê que entre em funcionamento no início do próximo ano lectivo. -----
- A Senhora D. Cesaltina Oliveira questionou a Câmara Municipal, no sentido de saber quando se prevê a construção do "prometido telheiro" da Escola Básica do 1.º Ciclo/ Jardim de Infância da Malveira. -----
- No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu ter sido verificada a necessidade de instalação, nos novos complexos escolares, de uma cobertura em lona para ensombramento. É este o tipo de equipamento que se pretende instalar, também, no estabelecimento de ensino da Malveira. -----
- Em seguida, interveio a Doutora Maria de Jesus Pires para informar que, neste momento, o Jardim de Infância da Barreiralva tem apenas duas inscrições, pelo que há que equacionar o seu funcionamento no próximo ano lectivo. Esta situação sucede porque os encarregados de educação dos alunos desta localidade seleccionam, como primeira opção, a Escola Básica do 1.º Ciclo/ Jardim de Infância Dr. Sanches de Brito. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que situações como estas vêm desestruturar a programação física dos espaços efectuada pela Autarquia, quer em termos da sua localização, quer em termos da sua capacidade. Em conclusão, esta liberdade de escolha coloca em causa a estratégia de planeamento dos investimentos. -----

-- No uso da palavra, o Doutor Agostinho Ribeiro referiu que a não atribuição de transporte escolar aos alunos que não cumprem o encaminhamento pedagógico pode constituir um mecanismo dissuasor deste tipo de situações, mas que, em teoria, deve ser respeitado o direito do encarregado de educação de escolher o estabelecimento de ensino que pretende para o seu educando. -----

-- A Doutora Paula Cordas informou que a Câmara Municipal não transporta estes alunos, mas que, devido ao facto destes contribuírem para a sobrelotação de determinados estabelecimentos de ensino, existem encargos adicionais relativamente a outros alunos que, porque não podem frequentar a sua escola de encaminhamento, têm de ser transportados para outra. -----

-- Não havendo mais intervenções sobre este tema, o Senhor Presidente da Câmara Municipal introduziu o ponto seguinte da ordem de trabalhos, intitulado "Balanço do ano lectivo de dois mil e oito/ dois mil e nove". -----

-- Tomou a palavra a Doutora Paula Cordas, referindo que este balanço assenta numa análise da actividade desenvolvida nas áreas da competência da Câmara Municipal, mas também nas áreas de apoio complementar. Ao nível da rede escolar, informou que se verificou a abertura de seis novos estabelecimentos de ensino, para além da inauguração da Escola Básica do 1.º Ciclo e Jardim de Infância da Freguesia de Santo Isidoro, que inicia o seu funcionamento em Setembro, juntamente com a Escola Básica do 1.º Ciclo da Freguesia da Encarnação, Escola Básica do 1.º Ciclo/ Jardim de Infância das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros e Escola Básica do 1.º Ciclo/ Jardim de Infância Dr. Sanches de Brito – estas últimas em fase final de construção. Ainda sobre a rede escolar, disse ter tido conhecimento de que, devido ao elevado número de alunos, a Escola Básica do 1.º Ciclo/ Jardim de Infância Prof. João Dias Agudo, na Póvoa da Galega, passará a dispor de horários duplos, sendo que os alunos excedentes serão reencaminhados para a Escola Básica do 1.º Ciclo/ Jardim de Infância de Santo Estêvão, em Santo Estêvão das Galés. -----

-- Interveio a Educadora Graça Querido, dizendo que, de acordo com as indicações transmitidas pela DRELVT, não serão implementados horários duplos, mediante a criação de uma sala de aula adicional – solução esta já adoptada anteriormente. Referiu ainda não ser necessário transferir alunos para o estabelecimento de ensino de Santo Estêvão das Galés, caso sejam devidamente cumpridos os encaminhamentos. Explicou que, neste caso concreto, verificaram-se situações de encarregados de educação de alunos que transitaram do pré-escolar (onde as regras são diferentes) para o 1.º ciclo e que requeriam a sua permanência naquele estabelecimento de ensino, ao abrigo da continuidade pedagógica. Contudo, este pressuposto não se verifica, porque ele é aplicável no mesmo ciclo, não entre ciclos diferentes.

-- A Doutora Paula Cordas acrescentou que, inclusivamente, alguns destes alunos não são residentes no Concelho de Mafra, induzindo uma pressão adicional que coloca em causa a estratégia de planeamento dos espaços educativos. -----

-- A Educadora Graça Querido disse que os encarregados de educação que levantaram mais questões não são da freguesia do Milharado. Citou o exemplo particular da Quinta da Mata, cujos alunos, de acordo com o encaminhamento, devem frequentar os estabelecimentos de ensino da freguesia da Venda do Pinheiro, mas que estão mais próximos da Póvoa da Galega. -

-- Retomando a apresentação do balanço sobre o ano lectivo de dois mil e oito/ dois mil e nove, a Doutora Paula Cordas informou que foram submetidas três candidaturas ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), relativamente à construção da Escola Básica do 1.º Ciclo/ Jardim de Infância de São Miguel de Alcainça, Escola Básica do 1.º Ciclo do Gradil e Escola Básica do 1.º Ciclo/ Jardim de Infância do Milharado, bem como foi aprovado o financiamento para a construção do Jardim de Infância de Azenhas dos Tanoeiros, no âmbito do programa de expansão da rede do pré-escolar do Ministério da Educação. Informou também que foi celebrado um acordo de colaboração entre a Câmara Municipal de Mafra e a DRELVT, com vista à construção da nova Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos de Mafra. Neste âmbito, foi elaborado o respectivo projecto, que foi enviado para a DRELVT para emissão de parecer. Esta Direcção Regional comunicou que não é necessário o referido parecer. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse estranhar esta situação, na medida em que, embora a gestão do processo de concepção e construção seja municipal, a referida escola será Património do Estado. Acrescentou ainda que se prevê que o início da obra decorra a partir do final do Verão. -----

-- Interveio novamente a Doutora Paula Cordas, referindo que, a nível da Componente de Apoio à Família, foram servidas um total de quatrocentas e quarenta mil, setecentas e sessenta e três refeições durante o ano lectivo de dois mil e oito/ dois mil e nove, verificando-se duas mil, oitocentas e noventa e quatro crianças inscritas por dia. Para garantir a qualidade destas refeições, foram realizadas um total de trezentas e noventa e duas análises por um laboratório externo, das quais trezentas e sessenta e sete se revelaram satisfatórias e apenas vinte e cinco não satisfatórias. Foram também realizadas sessenta e uma análises aos alimentos confeccionados, todas elas apresentando resultados satisfatórios. Complementando este trabalho de monitorização da qualidade, foram desenvolvidas as seguintes actividades: organização da acção de formação em "Segurança e Higiene Alimentar" para as funcionárias das cozinhas; elaboração do "Plano de Higienização Personalizado nos Estabelecimentos de Ensino"; aquisição de balanças para controlo do peso das refeições, calibração de termómetros para verificação da temperatura dos equipamentos, para além de fardamento e calçado específico para funcionários; aplicação de questionários de avaliação aos encarregados de educação; rastreio médico a todos os funcionários. No que diz respeito ao prolongamento de horários, registaram-se novecentas e trinta e uma crianças inscritas por dia, tendo sido servidos cento e quarenta e sete mil, oitocentos e sessenta e seis lanches. No ensino pré-

escolar, as actividades de prolongamento decorrem sob a coordenação pedagógica do educador de infância, sendo as mais realizadas: actividades livres; colorir desenhos; pinturas; jogos de grupo. No primeiro ciclo do ensino básico, estas actividades são da responsabilidade da Câmara Municipal e estiveram subordinadas a temáticas mensais. Nas interrupções lectivas, nos períodos do Natal, Páscoa e Verão, verificou-se uma média, por semana, de duzentas e vinte e duas crianças inscritas. No conjunto das actividades, destacou-se a acção de sensibilização rodoviária, realizada na Escola Infantil de Trânsito do Parque Desportivo Municipal, em Mafra, com a colaboração do Núcleo de Programas Especiais da Guarda Nacional Republicana. Ainda no âmbito da Componente de Apoio à Família, procedeu-se à aquisição e implementação de uma nova aplicação informática para gestão dos serviços, que funciona em ambiente *web* e com vantagens assinaláveis ao nível da desburocratização do processo. No total, estiveram ao serviço da CAF cinco técnicos superiores, nove assistentes operacionais na área administrativa, vinte e cinco assistentes técnicos (animadores socioculturais), cento e dezassete assistentes operacionais no apoio aos serviços de refeições e prolongamento de horário e quarenta e nove assistentes operacionais no apoio à componente lectiva. A nível da Acção Social Escolar, a Doutora Paula Cordas informou que foram atribuídos oitocentos e setenta e nove vales, o que representou um encargo total de dezanove mil, oitocentos e dez euros, sendo que aos alunos do escalão A foi concedida a gratuitidade das refeições, num total de trezentos e vinte e oito alunos, ao passo que a trezentos e vinte e nove alunos do escalão B foi reduzido o seu pagamento em cinquenta por cento. Tal representa, para a Câmara Municipal, um custo total superior a trezentos e setenta e cinco mil euros por ano. Quanto aos transportes escolares, foram participados três mil, quatrocentos e dezanove alunos, transportados quer em carreiras regulares, quer em circuitos especiais. A partir de Maio, foi também operacionalizado o projecto "4@18", no âmbito do Decreto-Lei número cento e oitenta e seis de dois mil e oito, de dezanove de Setembro, sendo abrangidos, por esta modalidade de apoio, setecentos e trinta e sete alunos. Também nesta área foram aplicados questionários de avaliação, numa perspectiva de monitorização da qualidade. A Câmara Municipal assegurou ainda a realização de formação, através do Instituto de Formação Rodoviária, para "Vigilantes de Transportes de Crianças", envolvendo quinze formandos. Em termos das actividades de enriquecimento curricular, a Doutora Paula Cordas salientou que se registaram dois mil, oitocentos e setenta alunos inscritos, correspondendo a cento e cinquenta e oito grupos, o que representou uma taxa de adesão superior a oitenta e seis por cento. Estas actividades foram asseguradas por setenta e oito professores dos Colégios Miramar e Santo André. Foram também celebrados acordos de colaboração para transporte de alunos, bem como protocolos para utilização de instalações de sete colectividades concelhias. Igualmente, foi avaliada a qualidade da prestação deste serviço através da aplicação de questionários. Ao nível dos projectos do Plano de Intervenção, procedeu-se à atribuição de participações financeiras aos Agrupamentos de Escolas, destinadas à aquisição de material didáctico diverso, tinteiros para impressoras, filmes de fax e reabastecimento das caixas de socorros, num total de trinta

e cinco mil, quinhentos e oito euros. A Doutora Paula Cordas referiu, também, que foram organizadas várias actividades dirigidas aos alunos, nomeadamente: Olimpíadas da Língua Portuguesa e da Matemática, nas quais participaram sessenta e oito alunos; o espectáculo de bailado "Os Caminhos dos (In)visíveis", abrangendo um total de duzentos e dezoito alunos; o rastreio ocular infantil, desenvolvido pela Cruz Vermelha Portuguesa, em parceria com a "Danone", envolvendo cerca de quinhentas crianças; a organização de variadas actividades de educação ambiental, no âmbito da candidatura "Bandeira Azul 2009"; sessões pedagógicas intituladas "Oficina do Traje", no âmbito da antropologia, com a participação de setenta alunos; e a Festa de Encerramento do Ano Lectivo, registando quatro mil, oitocentas e noventa e duas participações. Estão em fase de planeamento iniciativas para ocupação de tempos livres durante o período do Verão, designadamente: "Férias Vivas", "Academia Divertida" e "Escolas de Verão". Finalizando, a Doutora Paula Cordas informou que o sector de Educação foi sujeito a uma auditoria de renovação do Certificado de Qualidade, realizado pela entidade certificadora APCER, sendo que não se verificou qualquer não-conformidade. -----

-- No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que é manifestamente oportuna a realização de uma análise do trabalho realizado, para mais porque o ano lectivo em questão constituiu um desafio a todos os níveis, sobretudo com a entrada em funcionamento dos novos complexos escolares. Aproveitou a ocasião para propor a todos os conselheiros que, numa próxima reunião, fossem apresentadas sugestões para melhoria da *performance* dos serviços de educação. Por último, felicitou as novas Directoras da Escola Secundária José Saramago e do Agrupamento de Escolas de Mafra, apresentando votos de um profícuo trabalho. -----

-- Tomou a palavra a Senhora D. Cesaltina Oliveira, dizendo que a Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas da Ericeira solicita que, no próximo ano lectivo, as Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) não sejam realizadas a meio da manhã ou da tarde, flexibilizando o horário, já que esta situação transtorna a concentração das crianças. -----

-- A Doutora Paula Cordas informou a Senhora D. Cesaltina Oliveira que, de acordo com a determinação da DRELVT, não existem AEC nos horários referidos, mas sim no princípio ou no final do período lectivo da manhã ou da tarde. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal salientou que a razão fundamental para a flexibilização do horário está na dificuldade de recrutamento dos professores. -----

-- No uso da palavra, a Doutora Paula Cordas disse que a principal questão apontada pelos encarregados de educação e professores, na sequência dos questionários de avaliação aplicados, foi justamente a flexibilização do horário. Nesta sequência, e atendendo às dificuldades de recrutamento de docentes, questionou qual a justificação para o facto do Ministério da Educação não aceitar que os professores do primeiro ciclo possam ministrar as AEC, para mais tendo em conta que se pretende que estas actividades tenham um pendor lúdico e de ocupação de tempos livres. -----

- O Doutor Manuel de Magalhães Rocha disse que a razão principal reside nas aulas de inglês, para as quais estes docentes não têm formação. -----
- Novamente no uso da palavra, a Doutora Paula Cordas referiu que esta não autorização se estende a todas as actividades, ou seja, também na actividade física e desportiva e no ensino da música, conteúdos estes que os professores do primeiro ciclo estão habilitados a abordar na componente lectiva. Portanto, considerou que esta situação é contraditória e causadora de muitas dificuldades de actuação no terreno. -----
- O Doutor Manuel de Magalhães Rocha referiu que esta situação é mais complexa, estando dependente da definição do currículo das próprias AEC. -----
- O Doutor Agostinho Ribeiro retorquiu, dizendo que esta definição foi, ela própria, efectuada pelo Ministério da Educação. -----
- Interveio novamente o Doutor Manuel de Magalhães Rocha, referindo que a mesma implica também as associações profissionais respectivas. Acrescentou ainda que há sempre a possibilidade de substituição das actividades por outras, na impossibilidade de recrutamento dos recursos humanos necessários. -----
- A Doutora Paula Cordas disse que esta possibilidade existe, mas que não é viável, na medida em que a substituição das actividades por outras implica uma redução do montante transferido para participação. Portanto, o recurso a professores do primeiro ciclo figura como a opção mais adequada para evitar a flexibilização de horário, solução de recurso perante as dificuldades de recrutamento verificadas. -----
- O Doutor Agostinho Ribeiro acrescentou que a proposta constitui, simultaneamente, uma mais-valia do ponto de vista da motivação e do reconhecimento de competências do professor do primeiro ciclo. -----
- O Doutor Manuel de Magalhães Rocha disse que estes professores têm uma formação própria para ministrar os conteúdos do primeiro ciclo do ensino básico, mas não propriamente para as AEC. -----
- O Senhor Presidente da Câmara Municipal sugeriu que, perante esta situação, se facultasse o acesso dos professores do primeiro ciclo a uma formação específica que lhes permita ministrar os conteúdos das AEC. -----
- O Doutor Manuel de Magalhães de Rocha informou que esta situação já está prevista, sendo que é disponibilizada formação nas instituições de ensino superior. -----
- O Doutor Agostinho Ribeiro apontou ainda um outro exemplo daquilo que considera ser a incongruência do Ministério da Educação. Disse que, até ao ano lectivo passado, os licenciados em ensino de matemática não podiam leccionar matemática aos alunos do segundo ciclo, mas que, no entanto, é considerado que dispõem da habilitação necessária para ministrar as AEC aos alunos do primeiro ciclo. -----
- Tomou a palavra a Doutora Maria de Jesus Pires para acrescentar um outro exemplo. Referiu que os professores com habilitação para o ensino básico, da variante de português e inglês, podem ministrar o primeiro ciclo, mas não as AEC. Considera que esta situação é

inconsistente, tanto mais que, no contexto lectivo, estes estão autorizados a leccionar conteúdos curriculares como a expressão físico-motora e a expressão musical. -----

-- Mediante as opiniões expressas, o Senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou ao Doutor Manuel de Magalhães Rocha que transmita estas preocupações à DRELVT. -----

-- Seguidamente, tomou a palavra o Cabo Loureiro para solicitar que, antes do início do próximo ano lectivo, fossem facultados os horários escolares à Guarda Nacional Republicana (GNR), a fim de que possam ser planeadas as acções de sensibilização. Pretende-se, assim, abranger o maior número de escolas possível e com a maior eficácia, através de uma adequada coordenação entre os estabelecimentos de ensino dos vários níveis e a GNR. Acrescentou ainda que, para este ano lectivo, o objectivo passa também por introduzir algumas matérias no âmbito do código penal e do código do processo penal, para que os alunos possam perceber quais as consequências da prática de um determinado crime. -----

-- A Doutora Maria de Jesus Pires referiu que, para uma maior coordenação entre as entidades, seria importante que os Agrupamentos de Escolas pudessem receber uma lista das acções que a GNR se propõe levar a efeito, de modo a possibilitar uma articulação com os próprios programas. -----

-- O Cabo Loureiro informou que na semana seguinte vai realizar-se uma reunião do Núcleo de Programas Especiais e que, nessa sequência, será definido o programa de acções para o próximo ano lectivo. -----

-- Interveio, seguidamente, a Senhora D. Cesaltina Oliveira para manifestar uma preocupação da Associação de Pais do Colégio de Santo André, mas que é extensível a outros estabelecimentos de ensino. Referiu-se às dificuldades na circulação automóvel verificadas na envolvente daquele Colégio, solicitando a colaboração da GNR no reforço da vigilância. -----

-- O Cabo Loureiro disse que a GNR tentou resolver este problema logo no início do ano lectivo, tendo contactado a Directora do Colégio. Esta informou que vai ser construído um novo parque de estacionamento. Informou ainda que também se deslocou ao local um técnico da Câmara Municipal de Mafra, do Sector de Trânsito, para avaliar a situação, sendo que a solução passa por fazer circular o trânsito apenas num sentido. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que vai dar instruções neste sentido. ---

-- Nada mais havendo a tratar, a reunião do Conselho Municipal de Educação de Mafra foi dada por encerrada quando passavam cinco minutos das onze horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta. -----